

José Alves Dias
Livia Diana Rocha Magalhães
Organizadores

CULTURA, EDUCAÇÃO, MEMÓRIA E SABERES
1ª Edição Eletrônica

Uberlândia / Minas Gerais
Navegando Publicações
2020



NAVEGANDO

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	1
José Alves Dias Livia Diana Rocha Magalhães DOI – 10.29388/978-65-81417-23-9-0-f.1-4	
CAPÍTULO 1	5
EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA E AFIRMAÇÃO ÉTNICA DOS BORARI E ARAPIUM DA T.I. MARÓ, NO BAIXO AMAZONAS Gilberto César Lopes Rodrigues - José Claudinei Lombardi DOI – 10.29388/978-65-81417-23-9-0-f.5-24	
CAPÍTULO 2	25
ESCOLARIZAÇÃO E POVOS INDIGENAS NO MARANHÃO Elizabeth Maria Beserra Coelho DOI – 10.29388/978-65-81417-23-9-0-f.25-36	
CAPÍTULO 3	37
O ÍNDIO SOB O OLHAR DO OUTRO: A DIFERENÇA CONSENTIDA EM NOVE NOITES, DE BERNARDO CARVALHO Márcia Manir Miguel Feitosa - Silvana Maria Pantoja dos Santos DOI – 10.29388/978-65-81417-23-9-0-f.37-50	
CAPÍTULO 4	51
A PRESENÇA DO CRISTIANISMO PROTESTANTE ENTRE OS GUAJAJARÁ DA ALDEIA BACURIZINHO EM GRAJAÚ/MA Isabela Cristina Torres e Silva - José Alves Dias DOI – 10.29388/978-65-81417-23-9-0-f.51-68	
CAPÍTULO 5	69
AMBIENTE E CULTURA NO MARANHÃO COLONIAL: A CONTRIBUIÇÃO DOS SABERES DOS INDÍGENAS Antonio Cordeiro Feitosa DOI – 10.29388/978-65-81417-23-9-0-f.69-82	
CAPÍTULO 6	83
NO RASTRO DOS VOGADOS: A LONGA CAMINHADA RUMO A TERRA SEM MALES Paulo Humberto Porto Borges DOI – 10.29388/978-65-81417-23-9-0-f.83-98	
CAPÍTULO 7	99
MEMÓRIA E REPRESENTAÇÃO DE D. PEDRO II E SUA CORTE IMPERIAL NA FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO EM ALCÂNTARA/MA Ilanna Maria Izaias do Nascimento - Maria Aparecida Silva de Sousa DOI – 10.29388/978-65-81417-23-9-0-f.99-108	
CAPÍTULO 8	109
EDUCAÇÃO E LINGUAGEM RELIGIOSA: QUADROS SOCIAIS DE UMA ESCOLA NACIONALISTA Tatiane Malheiros Alves - Livia Diana Rocha Magalhães DOI – 10.29388/978-65-81417-23-9-0-f.109-119	

CAPÍTULO 8

EDUCAÇÃO E LINGUAGEM RELIGIOSA: QUADROS SOCIAIS DE UMA ESCOLA NACIONALISTA

Tatiane Malheiros Alves
Instituto Federal Baiano - Campus de Guanambi.
tatymalheiros@hotmail.com

Lívia Diana Rocha Magalhães
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.
lrochamagalhaes@gmail.com

Introdução

A linguagem religiosa é um dos marcos fundantes da formação na Escola Getúlio Vargas e é por meio da confluência desses discursos, sobretudo quando a democracia está mitigada ou suprimida, que esses motes carregados de significações conservadoras ganham pujança. De tal forma que, para consubstanciar-se, há um investimento no processo educacional em cuja esteira da linguagem religiosa trafegam também uma linguagem moral, cívica e nacionalista. Todos esses elementos estão na engrenagem de processos políticos autoritários e, nesse sentido, vê-se que os mecanismos linguísticos de produção e apropriação dos discursos ideológicos foram sistematizados e usados para construir uma memória social, coletiva e positiva do nacionalismo.

Como objeto de análise, a Escola Getúlio Vargas situada no Alto Sertão Baiano, na cidade de Guanambi, constituiu-se como um marco de referência por tratar-se de instituição com um forte apelo histórico, inaugurada durante o Estado Novo, mas que continua funcionando, atravessando períodos democráticos e autoritários.

A linguagem é mister para integrar o sistema político-ideológico como recurso e referência de memória para socialização da campanha política nacionalista de Getúlio Vargas - durante o seu governo que precisava demarcar a centralização do poder pelas vias do nacionalismo, do anticomunismo e do autoritarismo entre 1937 e 1945 -, mas, não menos importante, na formação de uma memória nacional. Nesse sentido, partimos da perspectiva dialética e dialógica da linguagem religiosa e debruçamo-nos sobre a organicidade e sistematização dos signos linguísticos, dos símbolos, dos ritos e de suas significações que visavam construir uma memória positiva de base nacionalista para durar e, em sua processualidade histórica, modelar a escola, de certo modo, por meio da memória social, até os nossos dias.

O marco de referência da linguagem religiosa torna-se enfática e sobrelevada durante os anos iniciais de inauguração da Escola Getúlio até alcançar o período da Ditadura Militar, transitando pelo período de democracia disposto entre os dois regimes, mas, a linguagem, sobretudo simbólica, moral, cívica, religiosa se torna duradoura em maior ou menor intensidade, particularmente no

momento em que governos autoritários assumem o poder.

Recorrendo a Halbwachs (2004), diríamos que a linguagem é o quadro social de referência mais elementar para alicerçar a memória social, pois é o recurso que possibilita a transmissão e socialização do passado na sua necessidade presente. É por meio da linguagem que, em um tempo e um espaço específicos e comuns, as coletividades moldam seu pensamento e suas memórias.

Sobre a Escola Getúlio Vargas¹, é importante pinçar que a sua construção e, doravante, sua inauguração representaram um marco para a comemoração do Estado Novo. As políticas educacionais do egrégio ecoam na memória social, coletiva e individual² dos sujeitos estudados que participaram direta ou indiretamente da escola e, sobretudo, daqueles que estudaram e foram professores nos períodos subsequentes, um tempo em que o nacionalismo, o patriotismo, o civismo e a religiosidade foram recuperados como patrimônio educacional.

As formas linguísticas presas ao gancho do significado religioso foram usadas como marco ou referência dessas memórias que se acomodam coerentemente umas às outras, articuladas sobre o mesmo campo da intencionalidade semântica. Desde o nome da escola, da praça onde a instituição localiza-se, até os documentos que revelam uma eminente exaltação do patriotismo e da figura de Vargas como líder político, a linguagem moralizadora é um recurso fundamental para encadear essa articulação com a religiosidade; é por meio dela que os laços de correspondência vão se amarrando e, mais ainda, que o passado e o presente relacionam-se dialeticamente, ou seja, “o instrumento decisivamente socializador da memória é a linguagem” (BOSI, 1987, p. 18).

A Escola Getúlio Vargas: marco de referência da linguagem religiosa na construção da memória cordada

Entrevistamos ex-docentes e ex-discentes que protagonizaram e compuseram os anais da instituição e que vivenciaram a escola entre os anos de 1950 e 1970, seja como professoras ou como alunos(as). Alguns desses sujeitos que estudaram durante o Estado Novo na instituição retornam ao mesmo cenário na condição de docentes anos depois, quando os militares assumem a dianteira do poder. Nos anos da Ditadura Militar, os signos, que foram tão importantes na inauguração da escola, são fortemente recuperados, com vigor similar, por meio da linguagem religiosa, do positivismo expresso na bandeira e no hino em que parecem articular povo e nação.

Naturalmente o Estado Novo e a Ditadura civil-militar pertencem a pe-

¹ A Escola Getúlio Vargas era (e continua sendo) uma instituição que ofertava o Ensino Primário durante o Estado Novo, no decorrer do Regime Militar, até os anos de 1990. Ensino Primário é o que, hoje, denomina-se Ensino Fundamental do 1º ao 5º Ano. A Escola sempre ministrou somente as séries iniciais do Ensino Fundamental, por esse motivo, durante a ditadura civil-militar, as disciplinas instituídas por esse regime para reforçar o comportamento conciliador e sistêmico dos estudantes não tinham autorização para se amplificar naquele espaço, visto que, por exemplo, Educação Moral e Cívica (EMC), componente curricular criado em 1969, era canalizado para jovens que atuavam diretamente na sociedade. Não entanto, a instituição apresenta registros e traços que se perfilam para impor a disciplina e a prática educativa no currículo.

² Conforme preconiza as teorias de Halbwachs (2009).

ríodos históricos distintos, contudo recuperamos aqui como suas linguagens, que se sustentam no arcabouço de signos e símbolos de cunho religioso, são reiterados, até mesmo durante períodos democráticos e utilizados para consubstanciar ideologicamente um modelo de escola, de homem e de mulher. Essa linguagem processual em sua dialética, contínua e fortemente ancorada nos marcos sociais que se consubstanciaram durante o Estado Novo é recuperada de forma direta durante o golpe de 1964.

Documentos escritos e orais coletados a partir da Escola Getúlio Vargas em Guanambi-BA, ao serem cotejados, noticiam que há um conjunto de elementos dispostos ordenadamente e em consonância para atender, sobretudo, aos propósitos dos governos ditatoriais. A religião manifesta-se nesses documentos e revela que, durante todo o processo, foi o esteio sobre o qual a disciplina e a ordem se repousavam para construir um país coeso baseado nas teorias nacionalistas e conservadoras.

Consideramos que o processo de articulação na relação estabelecida entre Estado e escola não pode ser ignorado em sua continuidade histórica, uma vez que pode durar mais do que se supõe, interferindo nas visões de mundo e nas práticas socioeducacionais. Desse modo, este estudo se baseia na teoria da memória (HALBWACHS, 2009) e nos marcos sociais da linguagem (HALBWACHS, 2004) enquanto recurso fundamental para a continuidade dialética de processos ideológicos que conferem à escola o papel de manter os valores de ordem, nacionalismo e civismo, como condição de manutenção da “boa” sociedade cívica e religiosa. Esses lemas que são içados, sobretudo, durante regimes conservadores parecem encontrar respaldo numa memória social que circula por meio da linguagem, dos seus sentidos e significações. Ressaltamos que a constituição da memória é discursiva, portanto estudar a trajetória dos valores conservadores nacionais, em alguma medida, requer que abordemos a memória como trabalho de linguagem na construção de significados.

Os signos, segundo Bakhtin (2006, p. 24), são um elo de comunicação entre a ideologia e a consciência individual e, ao absorvê-los, o sujeito incorpora e assume essa comunicação. Nas palavras do autor, nós ligamos os signos “às condições e às formas da comunicação social. A existência do signo nada mais é do que a materialização dessa comunicação. É nisso que consiste a natureza de todos os signos ideológicos”.

Para o autor, todo objeto físico pode tornar-se um signo e, portanto, sujeito à ideologização por apresentar um significado que ultrapassa os limites da sua materialidade, remetendo-se, pois, ao que está situado fora de si mesmo. Bakhtin (2006) recupera os instrumentos de produção utilizados emblematicamente na antiga União Soviética para ilustrar a representação e o sentido da foice e do martelo expressos naquele contexto e convertidos em signos ideológicos.

Desse modo, no anseio de construir sujeitos assentados sobre um princípio de comunidade e com elementos convergentes, tornou-se imprescindível construir símbolos que se tornassem signos comuns ao grupo: com a mesma sobrecarga de sentidos e de ideologias. A ideologia que integra a memória

utiliza-se dos signos linguísticos como recurso para sentenciar o que deve ser tomado para a posteridade. Os discursos são a principal via por onde trafegam esses signos, a materialização dos significados que apontavam para contenção e doutrinação das massas. Isso se alinha com a afirmação de Lopes (1978, p. 100 apud FIORIN, 1998, p. 35), que reitera: “Combinando uma simulação com uma dissimulação, o discurso é uma trapaça: ele simula ser meu para dissimular que é do outro”.

Por mais que se acredite na hipótese de que uma cidade do interior da Bahia, perdida pelo sertão nos idos de 1930 e, posteriormente, já em 1964, pudesse passar ilesa à ação arbitrária das respectivas ditaduras nacionais, o aparato discursivo e propagandístico varguista foi tão bem coordenado e sistematizado que é possível ouvir os ecos de sua campanha por muitos rincões e, sobretudo, por períodos seguintes. Em outras palavras, o conjunto de signos religiosos e cívicos para apoiar e sustentar o Estado Novo foi tão bem organizado e estabelecido que os ecos discursivos repercutiram em 1964, servindo, pois, de aparato também para o outro regime ditatorial.

Os sujeitos que vivenciaram o período de 1937 carregam, pois, lastros dialéticos que se desdobram por períodos de ditadura e de redemocratização. Interessou-nos, nesta pesquisa, observar a herança discursiva religiosa e moralizadora acessada por meio da memória coletiva e social vivida quando os pressupostos de defesa ou menção à escola e sua função são usados com base nas prerrogativas de uma memória que guarda aspectos discursivos religiosos e nacionalistas e alinha passado e presente na tentativa de compreender se esses sujeitos recuperam os princípios que lhes nortearam.

Para isso, toma-se a tônica de que a linguagem religiosa com vistas na moralidade e no nacionalismo foi uma das principais matérias-primas utilizadas na fabricação desse artefato ideológico que deu forma e sustentação ao Estado Novo nas regiões mais longínquas do Brasil aliada à exaltação figurativa de Vargas. O Hino a Getúlio Vargas, segundo relatos da ex-professora N.A.B., era recuperado com frequência no cotidiano escolar:

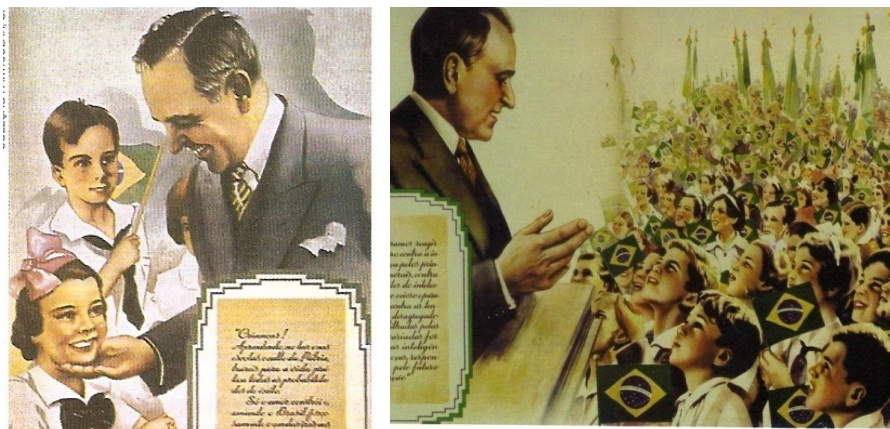
NO BRASIL GETÚLIO VARGAS

I

No Brasil Getúlio Vargas
De um heroísmo sem par
Zombando da própria morte
Para o Brasil, Brasil, Brasil libertar.
[...].

A linguagem como recurso de memória aparece no hino e se põe a serviço de todos os mecanismos ideológicos de enaltecimento do presidente. Como pode ser visto na Figura 1, a reprodução de páginas da cartilha “*A juventude do Estado Novo*”, distribuída nas escolas pelo DIP, revela por iconografias a gênese de um homem bom e consagrado com divulgação da imagem de um presidente humanizado, envergado diante do povo, principalmente das crianças e jovens.

Figura 1 - Iconografias a gênese de um homem bom: um presidente humanizado



Fonte: Cartilha “A juventude do Estado Novo”.

Diante dessa amplitude dos níveis discursivos da língua, Capelato assevera:

As imagens e os símbolos eram difundidos nas escolas com o objetivo de formar a consciência do pequeno cidadão. Nas representações do Estado Novo, a ênfase no novo era constante: o novo regime prometia criar o homem novo, a sociedade nova e o país novo. O contraste entre o antes e o depois era marcante: o antes era representado pela negatividade total e o depois (Estado Novo) era a expressão do bem e do bom (CAPELATO, 2007, p. 123).

Desde a Proclamação da República, os princípios morais figuram como assunto de destaque para despertar a aprovação e o apoio popular às novas propostas que foram instituídas sem a participação efetiva das classes trabalhadoras. Vargas, inspirado nos moldes republicanos, cerca-se dos conceitos religiosos e positivistas e busca semear a formação do orgulho nacional, do patriotismo e do homem bonançoso por meio das inúmeras expressões de linguagem, sobretudo a linguagem midiática, que também é absorvida pelas instituições de ensino. A Escola Getúlio Vargas constituiu um importante marco do Estado Novo na região do chamado Polígono da Seca, mais precisamente em Guanambi.

Esta pesquisa pressupõe uma continuidade histórica que não se encerra comprimindo as ideologias e apropriações linguísticas em um regime ditatorial. O que se vê em Vargas não nasceu em Vargas. O que se vê na ditadura dos civis e dos militares não surge intempestivamente. Há um pressuposto de encadeamento histórico. Em ambos os processos ditatoriais, o combate à subversão e aos opositores do capitalismo era a premissa. Tanto o é que no Estado Novo, uma das primeiras operações foi a outorga de uma nova legislação que substituisse a de 1934. Os Atos Institucionais pós-1964, em alguma medida, apresentavam a mesma funcionalidade.

Os processos ditatoriais não apresentam em sua essência ineditismo político e histórico. Em ambos, as bases contingentes assemelhavam-se. A família como espectro da religião tornou-se uma instituição importante para o estabelecimento da ordem e do arranjo social para que o projeto de governo fluísse com aceitação e patrocínio das massas.

O pronunciamento de Vargas, pouco tempo após assumir a liderança da sua ditadura, serve de âncora para os propósitos de 1964. Não por acaso, as expressões “tradições”, “coesão nacional”, “ordem e segurança”, “família e Estado” servem de esteio para ambos os processos, o que confirma sua dialética e processualidade; a saber:

A nova Constituição, colocando a realidade acima dos formalismos jurídicos, guarda fidelidade às nossas tradições e mantém a coesão nacional, com a paz necessária ao desenvolvimento orgânico de todas as energias do país. Os imperativos de ordem e segurança predominam. Garante o trabalho e o capital, a família e o Estado, as atividades produtivas e o funcionamento regular do poder público (VARGAS, 1941, p. 50).³

Nesse e em outros discursos de Vargas, há demonstrações inequívocas de suas pretensões em aparelhar o Estado com vistas à coesão e parcimônia nacional a fim de garantir o fortalecimento do capital mediante a exploração da mão de obra trabalhista. Todas essas ações políticas pressupunham o afastamento de qualquer ameaça estrangeira que se aproximasse dos princípios do comunismo que amedrontava não só a política de Vargas, como também os propósitos da ditadura de 1964.

Pressupõe-se, portanto, que haja muito mais uma relação de contiguidade do que de ruptura. O investimento nessa sociedade coesa dependia diretamente da criação de propagandas com discursos persuasivos para criar e convencer sobre a existência de um líder nacional. Assim o fez o Estado Novo. Toda essa engrenagem de estratégias é pulverizada, sobretudo, nos ambientes culturais, inclusive nas escolas. A Escola Getúlio Vargas, em Guanambi-BA, reflete esse contexto não só no nome da instituição, mas nas atividades, nas propostas pedagógicas e no currículo escolar.

Todo regime de governo envereda-se pela linguagem para garantir legitimidade às suas bases. Essa linguagem assenhora-se de signos linguísticos que atribuem aos símbolos e às imagens significação patriótica, nacionalista e religiosa. Capelato (2007) menciona Alcir Lenharo para estabelecer esse elo entre o Estado e os dogmas cristãos e explicar que a Pátria, a Bandeira e o Chefe de Estado compunham a Santíssima Trindade, e, assim, com efeito, sacralizavam os símbolos atribuindo, portanto, maior crédito às imagens.

Houve um investimento na leitura desses signos linguísticos que negociavam os sentidos e os significados em torno do líder político, representado numa

³ A ação conjunta do poder público e das forças armadas na defesa da ordem", discurso pronunciado na sede do Primeiro Batalhão de Caçadores, em Petrópolis, a 18 de dezembro de 1937.

perspectiva de onipotência divina e paternal. Capelato (2007) exemplifica que “havia um cartaz também bastante significativo. Nele aparecia a figura paternal de Vargas acariciando as crianças”, seguida dos dizeres: “Crianças! Aprendendo no lar e nas escolas o culto à Pátria, trareis para a vida prática todas as probabilidades de êxito” (p. 123).

Lenharo (1986) contradita que, apesar de haver um chamamento por um Estado laico, Vargas precisava ser elevado à condição de Pai da nação, e, para isso, o catolicismo representava um atalho rumo à consolidação desse projeto. A linguagem religiosa, então, não deveria se restringir aos templos de culto católico. Para se ter mais audiência, era preciso dialogar com outros públicos; a escola, espaço formativo por natureza, foi eleito como local privilegiado de apropriação e pulverização da linguagem religiosa.

O interesse era mútuo. De um lado, a Igreja Católica, que pretendia ampliar o rebanho e via nas instituições de ensino um ambiente promissor para apropriação dessa linguagem, e, de outro, a própria Igreja pressionou o governo Vargas a estabelecer alianças para suplementar sua legitimidade popular, e, em 1931, o ensino religioso assoma-se às salas de aula das escolas públicas brasileiras como facultativo (MOURA, 2000). No entanto, Cavalcanti (1994) adverte que havia uma intolerância seguida de perseguição a quem optasse por não seguir a crença católica.

O catolicismo, portanto, tornou-se um importante aliado do projeto varguista para neutralizar os inimigos subversores e promover a coesão que o Estado tanto almejava. Essa coalizão entre governo e igreja ressoou em discursos que, deliberadamente, punham-se a favor do decreto que previa a recatolização nacional pelas vias das escolas públicas. Senão, vejamos:

Está de Parabéns o catholicismo no Brasil. O decreto do Governo Provisório, reintegrando a religião entre as disciplinas de nossos estabelecimentos publicos de instrução constitui um grande passo dado no caminho de rechristianização de nossa Patria [...] Contra aqueles que se insurgem ante esta medida de justiça, que o Governo Provisorio acaba de tomar, temos a responder que nós, catholicos brasileiros, formamos a maioria absoluta da nação e queremos que sejam respeitados os princípios religiosos pelos quaes nos regemos. Isso em nome da propria democracia, dentro do qual nos constituímos em povo livre e organizado (A TRIBUNA, 1931, p. 1).

Esse episódio foi a porta de entrada da linguagem católica como marco social de referência nas escolas públicas brasileiras. Nesse sentido, já não se pode desconsiderar o papel da linguagem na consubstanciação da religião como quadro social para preservar e reproduzir as tradições religiosas católicas, inclusive dentro do espaço escolar.

Desse modo, a linguagem cívica e moralizadora do regime ditatorial varguista estendeu-se à religião como manutenção da ordem e da sustentação do Estado como benfeitor e mantenedor. À linguagem religiosa, por meio das crenças e simbologias teológicas, atribuem-se a verdade e os dogmas, que, du-

rante muitos anos, foram impossibilitados de serem contestados, sob risco de punições severas. Esse aspecto não se rompe com a ilha de democratização entre os períodos ditatoriais brasileiros, mas se estende ao longo dessa cronologia e alcança os dias atuais.

A linguagem religiosa comparece, sobretudo nos períodos ditatoriais, como recurso para manutenção e imposição da ordem e dos princípios conservadores mediante a construção de um Estado-nação coeso e comprometido com o espírito cristão. A linguagem religiosa utilizada pelo Estado e ecoada nos espaços escolares põe-se a favor de modo circunstanciado e é sintonizada ao mesmo campo semântico, cujos propósitos são os mesmos das incursões cívicas, patrióticas e nacionalistas.

A Escola Getúlio Vargas, desde a sua inauguração, constitui-se como um celeiro a serviço do Estado. Inicialmente, resultou de um projeto político do governo varguista que se estendeu até chegar aos dias atuais, com marcas e marcos muito bem definidos pela construção de memória. A religião - instrumento de fé e de política, sobretudo, para os governos ditatoriais - é recuperada constantemente pela memória registrada nos documentos escritos e nas narrativas orais.

Dentre os recursos disciplinares, a religião é um elemento fortalecedor desses propósitos e que também remete à obediência das leis, a trabalhar pelo futuro próspero da nação e desenvolver a moral baseada nos princípios cristãos.

Os documentos escritos e orais da instituição não nos permitiram estancar os períodos mediante as conjunturas dos regimes políticos. Não há nos documentos da escola uma ruptura, há uma permanência e uma continuidade simbiótica, contraditória, dialética. Esse processo de continuidade está muito evidente quando se trata dos marcos de referência da religião presentes em todas as fases da escola e incorporados pelos desfiles, apresentações e manifestações cívicas.

Por exemplo, durante o processo disciplinar instituído pelo regime militar, buscava-se ancoragem em vários documentos, por exemplo, o Guia de Civismo, publicado em 1971, cujo autor foi o Cel. Diniz Almeida do Valle. Todos esses elementos trafegavam pelo mesmo campo semântico da disciplina e da ordem para estabilidade do Estado. O Guia, por exemplo, operava como uma espécie de manual destinado às turmas do Segundo Grau ou, como denominamos, Ensino Médio, mas que, de algum modo, reflete essa reiteração da religião católica nas atividades escolares durante os anos iniciais da vida escolar:

A elaboração e publicação de um Guia de Civismo destinado aos professores/as do Ensino Médio, durante a Ditadura Civil-Militar (1964-1985), foi uma das estratégias encontradas pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) para que todos os/as estudantes brasileiros/as fossem instruídos no sentido de desenvolver o patriotismo, por meio das práticas cívicas, e combater o ateísmo, por meio da religião cristã. À época, havia grande preocupação por parte dos militares com a formação dos jovens brasileiros, haja vista que o futuro do país estaria nas mãos destes estudantes (PLÁCIDO; RABELO, 2015, p. 2).

O documento mencionado, apesar de não ser destinado ao ensino primário, retrata com compreensibilidade o papel da religião e da sua aliança com o Estado. Era preciso desconstruir a ideia de “golpe de Estado” em favor de uma “Revolução” tão cara à democracia brasileira, que se via ameaçada pelo comunismo. O Guia de Civismo foi organizado por 14 ideias basilares de cunho cívico, democrático, moral e religioso. O item 2, por exemplo, resume e sinaliza:

2. IDEIAS BÁSICAS

Para que o "GUIA DE CIVISMO" atinja os objetivos da ação educacional cívico-democrática e do preparo do brasileiro para o exercício da cidadania, deverá orientar-se pelas seguintes ideias básicas: 2.1 estar de acordo com os princípios filosóficos religiosos da Constituição do Brasil, evidentemente resultante das aspirações dos brasileiros e dos interesses nacionais; 2.2 ressaltar os fundamentos democráticos constitucionais, sobretudo os referentes: - ao espírito religioso do brasileiro (evitando o aspecto sectário) (VALLE, 1971, p. 7-8).

Esse item do documento elenca todos os pontos que não deveriam prescindir da formação de um cidadão: trabalho, religião, patriotismo e obediência. Sublinhamos a religião como um marco referencial importante, sobretudo por demonstrar na prática que suas bases foram tão fortemente consolidadas que conseguiram alcançar décadas posteriores.

Em todos os níveis de ensino, a linguagem religiosa era incorporada como parte do regime político ditatorial. Aponta-se, aqui, para a ditadura civil-militar porque os documentos escritos lançam-nos nessa temporalidade, no entanto, em todos as fases, desde a inauguração da Escola, a religiosidade é posta ao lado de todos os outros elementos que estivessem associados à ideia de nacionalidade, pertencimento e ordem, e ela comparece transitando dialeticamente desde o Estado Novo até o alvorecer dos anos de 1980.

Considerações finais

As condições linguístico-discursivas agruparam as doutrinas que sistematizariam uma memória social da escola não só para o trabalho, como também para a formação do “homem bom”, cívico e patriota, como fins para sustentar os propósitos autoritários das reformas de 1930 e de 1964, empenhando em sua continuidade por meio dessa memória que se alimenta na vigência das construções político-pedagógicas das escolas e que são capazes de se manifestar mesmo em períodos de redemocratização. A educação continua amparada em elementos linguísticos ideológicos como estratagema de socialização do nacionalismo.

Estudar a Escola Getúlio Vargas é perceber que uma realidade não muda de uma hora para outra e que a formação dela foi tão consistente na ideia do civismo, do moralismo e da religiosidade que é capaz de acompanhar toda a realidade da escola mesmo nos períodos democráticos e, ainda mais, no período ditatorial após 1964, período em que isso se torna reificado mais fortemente porque encontra as condições objetivas de sua revitalização.

A linguagem moralizadora com viés conservador, cívico e religioso que ritma os movimentos sociais e políticos não se encerra abruptamente, estende-se de um período a outro sem encadeamento dos fatos. Desse modo, para que as memórias permaneçam vivas, ainda que em suas modificações, é preciso que encontrem amparo nos quadros sociais propostos por Halbwachs (2004): linguagem, tempo e espaço.

Os documentos analisados apontaram que a trajetória da escola transitou por todos os regimes políticos após 1938, períodos de ditadura intercalados com períodos de democratização. Sendo assim, certificamos que, embora historicamente haja mudanças de regimes políticos, as memórias e as ideologias construídas e apropriadas na época da inauguração da Escola atravessam seus marcos temporais, movimentam-se, sobretudo, por meio da linguagem e estruturam um modelo pedagógico para manter-se e perdurar.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2006.

BOSI, E. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CAPELATO, M. H. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, J.; NEVES, L. de A. (Org.). **O tempo do nacional estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 109-143.

CAVALCANTI, R. **Cristianismo e política: teoria bíblica e prática histórica**. 3. ed. São Paulo: Temática Publicações, 1994.

FIORIN, J. L. **Linguagem e ideologia**. São Paulo: Ática, 1998.

HALBWACHS, M. **Los marcos sociales de la memoria**. Caracas: Anthropos, 2004.

_____. **A memória coletiva**. Tradução Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2009.

LENHARO, A. **A sacralização da política**. 2. ed. São Paulo: Papirus, 1986.

MOURA, L. D. de. **A educação católica no Brasil: passado, presente, futuro**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2000.

PLÁCIDO, G. D.; RABELO, G. **Guia de civismo: o papel da Igreja Católica na formação moral dos/das estudantes brasileiros/as (1969)**. 2015. Disponível em: <<http://periodicos.unesc.net/seminarioECPE/article/download/2172/2061>>. Acesso em: 04 ago. 2018.

VALLE, D. A. do. **Guia de civismo**. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1971.

Fontes de jornais

Jornal A Tribuna, de 1931.